

TRABALHADORES RESISTEM NA LUTA PARA REVERTER E BARRAR AS REFORMAS DE MICHEL TEMER

TOMA LÁ



DÁ CÁ



AMARILDO
.com.br

**62º CONAD:
A LUTA CONTRA
AS REFORMAS
NÃO ACABOU!**

(PG. 03)

**CAOS:
AULAS NA UERJ ESTÃO
SUSPENSAS POR TEMPO
INDETERMINADO.**

(PG. 04)

**GOVERNO TEMER PROPÕE
PLANO DE DESLIGAMENTO
VOLUNTÁRIO À SERVIDO-
RES PÚBLICOS FEDERAIS.**

(PG. 03)

EDITORIAL

Caros colegas docentes

O mês de agosto é bastante emblemático. Foram os diversos fatos históricos - políticos, bélicos, climáticos, e até religiosos - que ocorreram no mundo, que atribuíram a este mês expressões populares do tipo “mês do desgosto”, “mês do cachorro louco” ou “Agosto de Deus”. O ataque atômico à cidade de Hiroshima, em 1945, a adesão de países centrais à Primeira Guerra Mundial; há diversas teorias e “porquês” do mês de Augustus ser considerado período de azar, embora tenhamos, também, algumas datas para celebrar - como a aprovação do fim da censura e a garantia das liberdades de expressão e imprensa resguardadas pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, ou o avanço científico representado pelo anúncio da NASA sobre evidências de vida primitiva em Marte, em 1996.

Mas a despeito de todas essas teorias, o fato é que, em 2017, o oitavo mês do ano está mesmo com ar de tristeza. Nesse exato momento, o cenário é o seguinte: a Contrarreforma Trabalhista já foi sancionada pela Presidência da República; estamos na iminência de aprovação da Contrarreforma da Previdência; acompanhamos instituições de referência para o ensino superior definharem, com destaque para as universidades Estadual e Federal do Rio de Janeiro; os recursos destinados à produção de ciência e tecnologia estão cada vez mais escassos, a ponto das bolsas oferecidas pelo CNPq serem suspensas; os serviços públicos (e servidores) estão cada vez mais ameaçados; os parlamentares agilizam uma Contrarreforma Política em benefício daqueles que já detêm o poder; tudo isso orquestrado por um presidente com índices de reprovação altíssimos, que utiliza sua influência e dinheiro público para se livrar de investigações. Michel Temer não tem legitimidade para destruir nossos direitos com tamanha tranquilidade.

Este já é um cenário suficientemente caótico para provocar uma grande reação social. Tudo indica que virão ainda outros ataques e nós só temos uma arma: mobilização permanente.

A Adufmat-Ssind, junto com o ANDES-Sindicato Nacional, tem se mantido firme, orientando os caminhos da resistência. Participamos do 62º Conselho do ANDES - SN em meados de julho, espaço de intensas discussões e importantes deliberações, que a categoria deve ter acompanhado pelos nossos canais oficiais de comunicação. Esse mês, teremos mais atividades nacionais e locais, para fortalecer a luta contra os retrocessos. Retirar direitos sociais, ao contrário do que afirma o Governo Temer, não vai ajudar o país a superar essa crise provocada pelo Capital, vai agravá-la! Essa edição do Jornal da Adufmat-Ssind traz algumas reflexões nesse sentido.

A situação é difícil, mas são nesses momentos decisivos que precisamos seguir mais fortes e persistentes para reverter o processo generalizado de precarização do serviço público. Agora, a unidade da classe trabalhadora é estratégica e imprescindível.

O Agosto de 2017 está com cara de (A)Deus, mas ainda não sabemos se é assim que ele ficará registrado na nossa história. É possível evitar isso, e só depende da nossa disposição para a luta.

Diretoria da Adufmat-Ssind, gestão Adufmat de luta, autônoma e democrática.

TIO SANGUE

**ME APOSENTEI
AOS 55,
MAS ERAM
OUTROS
TEMPOS**



**AGORA
O BRAZIL
PRECISA DO SEU
SACRIFÍCIO**



Márcio



**Gestão: ADUFMAT DE LUTA,
AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA**

DIRETORIA

- Presidente:** Reginaldo Silva de Araujo
- Vice-Presidente:** Maelison Silva Neves
- Diretora Secretário:** Onice Teresinha Dall'Oglio
- Diretora Tesoureiro:** Alair Silveira
- Dir. As. Aposentadoria:** Maria Adenir Peraro
- Dietoria de Imprensa:** Adriana Queiroz N. Pinhorati
- Dir. As. Sócio-Culturais:** José Ricardo de Souza

Representantes eleitos em Sinop: Clariana Silva, Lorena Rezende, Ricardo Santana e Gustavo Canale.

Representantes eleitos no Araguaia: Eliel Ferreira, Márcia Pascotto, Maurício Guedes e Deyvisson da Costa.

Jornalista Responsável: Luana Soutos (DRT 1676/MT)

**Av. Fernando Correa da Costa, S/Nº
Coxipó | Campus UFMT | Cuiabá
Cep. 78.060-900 | Mato Grosso | Brasil
Telefones:** (65) 99686-8732 | (65) 4104-0656 | (65) 4104-0548

adufmat@terra.com.br • www.adufmat.org.br

62° CONAD: A LUTA CONTRA AS REFORMAS E EM DEFESA DOS DIREITOS NÃO ACABOU

Entre os dias 13 e 16/07, professores de instituições de ensino superior se reuniram em Niterói para o 62° Conselho de Seções Sindicais do ANDES-Sindicato Nacional (Conad). Embora o Governo tenha conseguido aprovar a Contrarreforma Trabalhista, o movimento demonstrou disposição para seguir nas ruas para barrar e também revogar as reformas, construir uma nova greve geral, derrubar Michel Temer, refutar a política de conciliação de classes e reivindicar eleições gerais diretas com novas regras.

A conjuntura acirrada e as divergências entre as Centrais Sindicais, que acabaram por esvaziar a Greve Geral do dia 30/06, facilitando a aprovação da Reforma Trabalhista, foram os grandes destaques do evento. A maioria das centrais, interessadas no imposto anual compulsório, optou por tentar negociar os direitos diretamente com os senadores e Governo. O resultado foi terrível para os trabalhadores. A CSP Conlutas, na qual o ANDES é filiado, é a única central que abre mão do imposto anual e não negociou com os políticos, mantendo-se forte na Greve Geral.

O 62° Conad foi o maior da história do ANDES, com 70 Seções Sindicais representadas por 66 delegados, 166 observadores, além dos 36 diretores do Sindicato Nacional. Seis docentes da UFMT, eleitos em assembleia geral da Adufmat - Seção Sindical do ANDES, representaram os campi de Cuiabá, Sinop e Araguaia: Alair Silveira, como delegada e, como observadores, Reginaldo Araújo, Luã Kramer, Daniele Sabino, Lennie Bertoque e Maurício Couto.

Entre as contribuições oferecidas pela delegação mato-grossense aos debates, destacou-se a denúncia sobre os desdobramentos da Ebserh nos hospitais escolas. “Nós fizemos uma matéria sobre isso, com a denúncia de estudantes e professores de que a Ebserh comprometeu a função do ensino no Hospital Universitário Júlio Müller. Os estudantes trabalham sem condições, com metas de atendimento que descaracterizam profundamente a relação hospital-escola”, disse o presidente da Adufmat-Ssind, Reginaldo Araújo.

Para a professora Daniele Sabino, do campus da UFMT/Sinop, a primeira experiência no Conad foi um importante aprendizado. “Às vezes nós não temos noção de como ocorrem os procedimentos dentro do sindicato. A gente acha que as decisões são tomadas por um grupo pequeno ou só por quem está na direção. Não temos noção de que existe a possibilidade real de que a linha seja apresentada pela base, através dos representantes do sindicato. Agora dá para entender que o Conad vem para reforçar aquilo que já foi discutido no Congresso e dizer como vamos seguir no restante do ano. Foi uma experiência bastante positiva, uma formação muito importante, porque possibilita voltar para a seção sindical e conseguir trabalhar com maior conhecimento”, afirmou a docente.

No encerramento do evento, a presidente Eblin Farage reafirmou a posição de resistência do Sindicato Nacional às políticas de austeridade. “Nós não disputamos discursos, retóricas. A prática demonstra onde nos localizamos na história da luta de classes. Durante todos esses anos, realizamos nossa militância em defesa de um projeto claro de universidade e sociedade”, afirmou. Durante o 62° Conad também foram aprovadas as contas do exercício de 2016 do ANDES, e a previsão orçamentária para o próximo período, além da prestação de contas do 36º Congresso, realizado em Cuiabá em janeiro de 2017. Leia mais sobre o 62º CONAD no site da Adufmat-Ssind (www.adufmat.org.br).

GOVERNO TEMER PROPÕE PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO À SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

No dia 27/07, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União o texto do Programa de Desligamento Voluntário (PDV). A Medida Provisória 792/17 tem como objetivo demitir 5 mil servidores públicos federais, economizando, segundo o Governo, cerca de R\$ 1 bilhão por ano.

As propostas do Programa são: adesão ao PDV com pagamento de 1,25 salário para cada ano trabalhado; redução da jornada proporcional ao salário, com pagamento adicional correspondente a meia hora diária, o que permite outro emprego no setor privado; e licença em pecúnia sem remuneração de três anos, sem interrupção, prorrogável por igual período, com o pagamento de um valor correspondente a três vezes seu salário no início do período de licença.

“Atacar os servidores é uma maneira de atacar toda a classe trabalhadora, porque os serviços serão diminuídos ou até suspensos. Em cada lugar que um funcionário aderir ao PDV, serão menos servidores para atender a população em áreas essenciais como Saúde, Educação, Previdência, Segurança e outras”, afirma a presidente do ANDES-Sindicato Nacional, Eblin Farage, sobre o plano.

O PDV já constava no PLC 257/16, proposto pela então presidente, Dilma Rousseff. O Projeto previa a suspensão dos concursos públicos, congelamento de salários, não pagamento de progressões e outras vantagens, além do PDV, retirados do texto durante a tramitação no Congresso.

Em oposição às políticas de cortes para os trabalhadores, Michel Temer tem concedido uma série de isenções fiscais às empresas, perdoado dívidas bilionárias de bancos, autorizado empréstimos internacionais e liberado emendas parlamentares. Segundo levantamento da ONG Contas Abertas, o total liberado pelo governo para emendas de janeiro a junho foi de R\$ 2,12 bilhões. Nas três primeiras semanas de julho, período corresponde ao de votação da denúncia de corrupção contra o presidente Michel Temer na Comissão da Câmara, e também de conclusão da votação da contrarreforma Trabalhista, foram liberados R\$ 2,11 milhões.

Fonte: ANDES-SN (com edição da Adufmat-Ssind)

CONTRARREFORMA TRABALHISTA

No dia 13/07, com alto índice de reprovação da população brasileira, o presidente Michel Temer sancionou a Contrarreforma Trabalhista. Saiba quais serão as principais mudanças:

Quadro Comparativo da Reforma Trabalhista

	Antes	Depois
Prevalência do Negociado sobre o Legislado	As obrigações empresariais sempre foram pautadas em acordos coletivos com o sindicato e não poderiam prevalecer a CLT.	O negociado passa a prevalecer ao legislado.
Férias	As férias poderiam ser fracionadas no máximo em 2 vezes, sendo 10+20 ou 15+15, mas preferencialmente 30 dias corridos.	As férias poderão ser fracionadas em até três períodos.
Remuneração	A Justiça do Trabalho considerava outros benefícios como parte do salário, incidindo sobre o valor, encargos previdenciários e trabalhistas. O empregador precisava pagar um salário mínimo ou o teto da categoria.	O piso e o salário mínimo deixam de ser obrigatórios, ou seja, para cargos como vendas, a empresa pode pagar apenas por produtividade. Remunerações habituais como auxílio alimentação, bônus e prêmios, não incorporam a base salarial e não incidem em qualquer encargo trabalhista e previdenciário.
Jornada de Trabalho	Jornada limite de até 8 horas diárias ou 44 horas semanais e 220 horas mensais.	Possibilita acordos individuais de 12 horas diárias, desde que haja descanso ininterrupto de 36 horas, respeitando o limite de 44 horas semanais e 220 horas mensais.
Banco de horas	Banco de horas só poderia ser adotado a partir da convenção coletiva.	Poderá ser pactuado com acordo individual, banco de horas com compensação em até 6 meses.
Trabalho Intermitente	Essa modalidade não existia anteriormente de forma legal.	Trabalhador pode ser pago por período trabalhado, recebendo pelas horas ou diárias.
Home Office	Essa modalidade não existia anteriormente de forma legal.	Regulamenta o trabalho em casa.
Acerto informal	Acordo informal com a empresa, no qual o colaborador é mandado embora, mas devolve a multa sobre o saldo do FGTS.	O trabalhador tem direito a 80% do saldo do FGTS, mas não receberá o seguro-desemprego. Já o empregador pagará só metade do aviso prévio e metade da multa sobre o saldo do FGTS.
Pausa para almoços	Duração de no mínimo 1 hora.	Pausa de no mínimo de 30 min desde que formalizada em acordo individual ou convenção coletiva. O tempo “economizado” no intervalo será descontado no final da jornada de trabalho, permitindo que o trabalhador deixe o serviço mais cedo.
Horas in itinere	As horas de deslocamento de um funcionário que utiliza transporte fretado pelo empresa poderiam ser incorporado à jornada de trabalho.	Agora essas horas não são consideradas como parte da jornada de trabalho.
Ações trabalhistas contra a empresa	Os custos são cobertos pelo Poder Público e o trabalhador pode faltar a até três audiências judiciais.	O trabalhador fica responsabilizado pelo pagamento dos honorários periciais caso perca a ação e só poderá faltar a uma audiência.

Fonte: Treasy Online (com edição da Adufmat-Ssind)

CAOS: AULAS NA UERJ ESTÃO SUSPENSAS POR TEMPO INDETERMINADO

Uma das atribuições da Adufmat-Ssind, durante o 62º conad, realizado em Niterói entre os dias 13 e 16/07, foi verificar de perto o caos instalado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Além dos relatos de docentes, no evento, a assessoria de imprensa do sindicato foi até a instituição verificar a grave crise que suspendeu as atividades acadêmicas por tempo indeterminado. Disponibilizamos, abaixo, uma parte da matéria produzida, cuja íntegra está disponível no site da Adufmat-Ssind.

Há poucos dias, quem caminhava desavisado pelo campus Francisco Negrão de Lima, da UERJ, teria a impressão de que tudo estava dentro da normalidade. Era possível observar centenas de carros estacionados nas garagens, as salas ocupadas, pessoas lanchando nas cantinas e conversando nos corredores. Não fossem os cartazes gritando diversas anormalidades, demoraria um pouquinho para quem é de fora conseguir entender que um dos principais centros de referência para o ensino superior no Brasil enfrenta agora o pior momento histórico dos seus quase 70 anos de existência.

Naquele ambiente, tentar utilizar um dos dez elevadores do Pavilhão Reitor João Lira Filho poderia representar uma primeira dificuldade física. O prédio de 12 andares, que recebe diariamente a grande maioria dos mais de 30 mil estudantes da universidade, além de centenas de docentes, técnicos e trabalhadores terceirizados, só tem metade dos elevadores funcionando. E as pessoas utilizam com medo, já que o mais recente interditado simplesmente despencou com duas pessoas dentro. Talvez, a baixa iluminação também despertasse a atenção para as lâmpadas quebradas nos corredores, ou as portas fechadas do Restaurante Universitário, desde janeiro e sem previsão de retorno, indicassem alguma coisa errada por ali. Até mesmo a falta de vigor nas palavras, os sorrisos contidos e o silêncio predominante, apesar da movimentação, poderiam demonstrar que, realmente, a UERJ não estava normal.

“O Governo na tentativa de minimizar o desastre e o colapso da coisa pública no Rio de Janeiro, tentou vender uma falsa sensação de normalidade, na UERJ e em outros órgãos. Mas uma universidade não pode estar normal com quase quatro meses de salário atrasado, assim como as bolsas de assistência estudantil e o restaurante universitário fechado, sem contar o custeio da instituição que não está sendo executado”, explica o professor Guilherme Vargues, 2º vice-presidente da Associação dos Docentes da UERJ (Asduerj).

Mas o peso de toda a crise que o Rio de Janeiro enfrenta, fruto da corrupção e da gestão neoliberal de enfraquecimento do público, inviabilizou o funcionamento da UERJ. Entendendo que todas as possibilidades de segurar minimamente a rotina da universidade se esgotaram, os docentes decidiram não iniciar o próximo semestre letivo e votaram em massa, durante uma assembleia histórica, realizada no dia 06/07, por uma greve a partir do primeiro dia de agosto. Os servidores técnicos administrativos já estão parados desde o início do ano. Os terceirizados continuam a prestar serviço, mesmo sem os repasses do Governo. Nenhuma outra empresa quer assumir qualquer contrato com a UERJ, e a própria administração da instituição concordou em suspender as atividades por tempo indeterminado em decorrência da total falta de condições.

“Já foi um sacrifício absurdo o semestre que passou, mas fizemos o esforço para reencontrar a comunidade e debater o problema da UERJ. A universidade

está muito mobilizada, mas enfrentando um Governo que não negocia, que tenta despolitizar a crise da UERJ e que várias vezes tentou nos culpar por ela. Nós já enfrentamos ameaças, mas a categoria está unida, não cai no conto desse Governo. Docentes, técnicos e estudantes têm hoje a compreensão de que somos nós que vamos defender a educação pública”, afirma Vargues.

Os reflexos do ataque específico à UERJ já começam a ser percebidos para além dos limites físicos da instituição. De imediato, os problemas já motivaram o fechamento de vários pequenos estabelecimentos em torno da universidade, que fica próxima ao estádio do Maracanã, Zona Norte do Rio. À médio e longo prazos, a sociedade também dará respostas ao cerceamento do direito à educação pública, gratuita e de qualidade.

Os trabalhadores da UERJ têm sobrevivido de doações. Técnicos-administrativos estão arrecadando alimentos para montar cestas básicas e distribuir entre os sindicalizados. Os docentes estão em campanha nacional para arrecadação de recursos, que serão distribuídos e depois devolvidos às entidades doadoras por meio do ANDES Sindicato Nacional. Os estudantes bolsistas não têm sequer condições de ir às aulas, porque além da suspensão das bolsas e do Restaurante Universitário fechado, o Rio de Janeiro não oferece nenhum programa de gratuidade no transporte a estudantes.

Caos provocado

Quando os docentes do ensino superior de todo o país iniciaram, em Niterói, um dos eventos políticos mais importantes da categoria - o 62º Conselho do ANDES Sindicato Nacional -, no dia 13/07, os servidores da UERJ recebiam a última parcela do salário de abril. O pagamento do 13º salário de 2016, e os vencimentos de maio, junho e julho de 2017, continuam sem previsão.

“Eu gostaria que todos refletissem como seria a vida de cada um de vocês se os seus salários fossem parcelados, com pagamentos espaçados de R\$ 400,00, R\$ 350,00. Tenho certeza de que não seria nada fácil. É por isso que o ANDES caminha ombro a ombro com os docentes nessa luta, a vai dar todo o apoio necessário durante a greve aprovada pela categoria a partir de primeiro de agosto”, disse a presidente do Andes - Sindicato Nacional, EblinFarge, na abertura do encontro.

A leitura do Movimento Docente é de que a situação da UERJ será, em breve, também a situação de todas as instituições de ensino superior no país, como resultado não só da política corrupta intrínseca ao Capital, mas do próprio projeto de educação neoliberal, que precariza o público de propósito, para benefício do privado.

Essa percepção não é restrita aos ambientes de intenso debate político, como o Conad. Em diferentes graus, os moradores do Rio de Janeiro também identificam esse processo. Taxistas, vendedores, qualquer

pessoa com quem se conversa na rua faz a mesma avaliação, de que a população está sozinha, sem nenhum tipo de assistência. E embora os casos mais graves de atraso nos repasses sejam os das secretarias chamadas pelo Governo Fluminense de “não prioritárias”, como a de Cultura e a de Ciência e Tecnologia - da qual a UERJ faz parte -, os serviços públicos como um todo estão sensivelmente comprometidos, e a população totalmente descrente no modelo de gestão atual.

“O cenário da UERJ é de calamidade, mas é uma calamidade produzida pelo Governo Estadual, pelo Governo do PMDB. Mais do que uma crise, é um projeto que ataca a educação pública e os direitos da população”, ressalta o diretor da Asduerj, Guilherme Vargues.

Expectativas e alternativas

Para aqueles que lutam um dia, um ano, ou muito anos, como observou Bertold Brecht, há sempre disposição para resistir aos ataques e construir perspectivas de uma sociedade melhor. Há, sim, preocupação e medo, mas também a certeza de que é preciso ter expectativas.

O Governo Pezão espera estabilizar a questão financeira do estado entre agosto, setembro ou outubro, a partir das negociações com a União, sempre na perspectiva de enfraquecimento do setor público.

Mas a grande aposta dos trabalhadores organizados está na capacidade de mobilização, resistência e luta. “Nasce um sentimento muito forte da ilegitimidade desse governo e das suas políticas de ataque aos direitos sociais. Atacar uma universidade como a UERJ é atacar o direito da população mais pobre, que hoje tem acesso à educação gratuita e de qualidade, com assistência estudantil. O mais importante disso tudo é a mobilização da comunidade e o diálogo com a sociedade, no sentido de que defender a UERJ é defender a educação pública e gratuita no Rio de Janeiro; é defender uma sociedade em que se olha os interesses da população, e não só dos grupos empresariais. Fortalecemos a mobilização na comunidade e na sociedade para derrubar, nas ruas e dentro da universidade, esse projeto de sucateamento do que é público e do bem-estar da população, em nome de um dos governos mais imorais e ilegítimos da história do Rio de Janeiro”, conclui o diretor da Asduerj.

AGENDA

Em outubro:

100 anos

da

Revolução
RUSSA

ORGANIZAÇÃO

